

Geometria e movimento: o espaço em um reassentamento hidrelétrico

**Fabiano
Bechelany**

Graduado em
Ciências Sociais/
UFMG

Palavras-chave:
etnografia, espaço,
reassentamentos,
Vale do Jequitinho-
nha.

Key-words:
ethnography,
space,
resettlement,
Jequitinhonha
Valley

1 Este artigo é um extrato das principais idéias desenvolvidas em minha monografia elaborada como trabalho de conclusão para o curso de Ciências Sociais na Universidade Federal de Minas Gerais, sob orientação do Prof. Ruben Caixeta de Queiroz. Agradeço a ele e ao Prof. Leonardo G. H. Figoli pelas observações feitas durante a arguição, e a João Paulo Ayub pelos generosos comentários. Dedico este trabalho aos amigos José Luís Braga, Gustavo Saporí e Bernardo Teodorico, que compartilharam o campo comigo e às famílias e amigos do Vale pela generosa acolhida.

2 Ao longo do texto a noção de *espaçialização* ajudará na compreensão do espaço como dimensão praticada. Nesse sentido, um modelo de *espaçialização* designaria um modo específico de prática do espaço e, por conseguinte, um modo de concebê-lo. (cf. Certeau, 1994).

3 A temática da construção de barragens no Brasil foi fruto de inúmeras e preciosas pesquisas que constituem uma longa tradição de estudos. Como o enfoque aqui segue uma linha interpretativa desses fenômenos diferente da adotada por esta tradição, remeto ao livro de Lídia Marcelino Rebouças (2000) para uma revisão das principais abordagens da temática dentro da antropologia.

RESUMO: O deslocamento de pessoas provocado por empreendimentos hidrelétricos resulta quase sempre em um descompasso entre experiência anterior e a do presente. Este artigo propõe compreender este descompasso a partir da categoria do espaço, e suas implicações antropológicas no contexto do Vale do Jequitinhonha. A partir de uma breve etnografia e reunindo análises teóricas sobre o estudo do espaço humano, será esboçada uma análise de elementos da organização espacial de duas comunidades ribeirinhas atingidas. O texto conclui com uma interpretação das transformações espaciais e suas implicações na socialidade dos reassentamentos.

ABSTRACT: The displacement of people caused by undertakings of hydroelectric almost ever resulting in a incompatibility between the previous and present experience. This article proposes some considerations towards the understanding of that incompatibility from the category of space, and its anthropological implications in the context of the Jequitinhonha Valley. From a brief ethnography and bringing together theoretical analysis on the study of human space, will be outlined an analysis of elements of the spatial organization of two riverside communities reached. The text concludes with an interpretation of the changes the transformation of the space and its implications to the sociality of the resettlements.

*"Perto de muita água, tudo é mais feliz."
Riobaldo, Grande Sertão: Veredas.*

Introdução¹

Este trabalho resulta de uma etnografia sobre os processos vividos no cotidiano de duas vilas construídas pela Companhia Energética de Minas Gerais – CEMIG, nos municípios de Turmalina e Leme do Prado, região do Vale do Jequitinhonha, Minas Gerais, onde um grande projeto hidrelétrico provocou o deslocamento de cerca de 1.100 famílias que habitavam as margens do rio. Em dezembro de 2005 as águas do reservatório da Usina Hidrelétrica de Irapé, no rio Jequitinhonha, começaram a subir transformando a paisagem da região. O processo de reassentamento das famílias em outro espaço resultou na necessidade de adaptação ao novo lugar e edificação de um sentimento de lar. No trabalho de campo realizado na região foi possível colher depoimentos e entrevistas e acompanhar as práticas implicadas na nova conjuntura espacial. A partir deste material, procuro aqui descrever algumas transformações vividas e as diferenças que emergiram entre o modo de organização do espaço implicado nos reassentamentos e o modo de organização próprio à experiência na beira do rio. As alterações em relação ao meio em que viviam se destacam em dois aspectos principais: a terra para produção e os recursos naturais disponíveis; os espaços de moradia e de convivência.

Ao longo do artigo analiso um problema específico colocado pelos sujeitos pesquisados: a dificuldade de adaptação à nova morada. Argumento que o espaço dos reassentamentos é percebido por eles como elemento de um 'descompasso'

entre dois modelos de *espaçialização*². Levando em conta a dimensão simbólica envolvida nas noções que permearam o planejamento das empresas empreendedoras – que concebiam o local a partir de funcionalidades estranhas ao modo de vida próprio das comunidades situadas no vale do rio Jequitinhonha – proponho uma interpretação do contexto a partir da noção de *espaço* como uma categoria dotada de valor heurístico, ou seja, capaz de abrir caminhos para a explicação de fenômenos cuja descrição empírica não é suficiente para esclarecer, colaborando assim para o entendimento das interações entre o homem e o ambiente. A partir do material empírico colhido nas comunidades reassentadas de Peixe Cru e Porto Coris, analisarei diversos elementos de transformação no universo social dos indivíduos envolvidos³.

Para abordar o caso específico, discutirei algumas contribuições teóricas como uma maneira de reunir ferramentas analíticas para configuração de uma noção de espaço eficaz. Primeiramente, as análises clássicas de Marcel Mauss e Evans-Pritchard, que apontaram um problema e uma possibilidade de investigação antropológica a partir do estudo de fenômenos ecológicos entre 'sociedades primitivas'. O ponto de vista antropológico sobre estes grupos ilumina as diferenças existentes na organização social e nas disposições e percepções em relação às sociedades modernas capitalistas. É este ponto de vista que nos permitirá lançar sobre as comunidades ribeirinhas uma perspectiva sobre a diferença e analisar uma socialidade distinta, justamente o fundamento do 'descompasso' vivido no local.

Em seguida, farei uma rápida abordagem de teorias contemporâneas preocupadas com fenômenos relacionados ao espaço enfocando uma concepção pragmática e relacional. Os escritos

de Tim Ingold, Michel de Certeau e dos filósofos Gilles Deleuze e Félix Guattari, fornecerão importantes conceitos para a interpretação dos fenômenos vividos no Vale do Jequitinhonha.

Passos para uma etnografia do espaço.

O espaço, como categoria antropológica que nos permite compreender as relações humanas, possui tanto uma universalidade material quanto uma constituição social, e podemos afirmar que o espaço desde sempre provocou sobre o espírito humano constrangimentos e especulações. Seja como um lugar, seja como uma categoria, toda sociedade inscreve sobre o espaço o seu sistema de representação do mundo. Durkheim, ao tratar das categorias do pensamento na introdução de *As formas elementares da vida religiosa*, chamou atenção para o caráter coletivo dessas categorias que organizam a experiência humana. O espaço, elemento das representações coletivas que compõem a "ossatura da inteligência", teria sua condição lógica de constituição a partir da associação entre os indivíduos. A interpretação dos fenômenos humanos implicada aí permite compreender como a organização social dos grupos e as relações sociais entre os indivíduos são o fundamento para as categorias do pensamento conceitual da coletividade.

A variação cultural dessas categorias só pode ser analisada a partir do estudo de seu funcionamento em um dado contexto de práticas e idéias, afinal, distinções e valores afetivos denotados ao espaço têm seu conteúdo gerado socialmente. Proponho analisar aqui o modo de conceber o espaço em uma realidade social específica. Dessa forma, não evocamos a essência do Homem que sempre corre o risco de se esvaziar quando confrontada com a diversidade das realizações dos homens. Percorrerei, portanto, o caminho proposto por Clifford Geertz (1989: 37), "[...] entre o que os homens são intrinsecamente capazes de tornar e o que eles realmente se tornam", avançando no diálogo entre a nossa tradição e das diferentes sociedades com suas múltiplas articulações entre natureza e cultura.

Segundo o verbete 'Espaço', do *Dictionnaire de l'ethnologie e de l'anthropologie*: "Toda sociedade imprime sua marca sobre o espaço e, inversamente, o espaço aparece como um modo de manifestação ou de expressão da sociedade" (Cadoret, 2003: 235). O movimento ocorre nos dois sentidos, não se pode definir a primazia de um dos termos. Toda sociedade constrói significações sobre o espaço onde vive, classificando-o de acordo com o seu sistema conceitual e, ao mesmo tempo, o espaço impõe sobre o desenvolvimento material e cultural implicações que exigem modulações da ação e do pensamento. As características do ambiente adquirem relevância social na medida em que são assimiladas por um esquema perceptivo constituinte de significados dentro de uma cultura.

Um ponto de partida importante para avançarmos em relação à compreensão das sociedades humanas aqui se configura: a classificação do espaço segundo suas propriedades e elementos constitutivos deriva da própria idéia que a sociedade faz de si mesma. A universalidade do espaço como uma referência exterior está diretamente relacionada às diferenciações e significações que um dado sistema cultural elabora a partir do modo de operar as relações entre os diversos domínios de sua existência. A relação entre natureza e cultura, ou entre a materialidade do mundo e a realidade que ela constitui implica uma organização do espaço existencial dos indivíduos situados em determinado ambiente.

Deve-se ter em mente que o espaço é tanto uma operação do sujeito, uma espacialização do mundo, como é também territórios e lugares situáveis. De um lado "o lugar como conjunto de elementos, coexistindo dentro de uma certa ordem", e do outro o "espaço como animação desses lugares, pelo deslocamento de uma força motriz" (Augé, 1994: 75). O que nos leva, portanto, a uma noção mais abstrata do que as suas correlatas 'território' ou 'lugar', mas que tem, por isso, a vantagem de ser menos fixa que elas.

Se o território remete a uma dimensão identitária – "um *significante* da identidade" (Segato, 2003: 03, ênfase no original) –, por isso política, que designa uma apropriação e delimitação, um domínio de um dado espaço, a noção de espaço, por outro lado, nos leva a pensar essa dimensão do real, que se configura como experiência individual e coletiva, não tanto de forma representacional, mas como algo que reúne de modo total a materialidade e a vida que a anima.⁴

Abordagens antropológicas do espaço entre sociedades distintas permitem analisar modos de operação em relação ao meio e explicar o conjunto de associações entre as diferentes dimensões da vida social na organização do espaço de existência.

No seu ensaio sobre as variações sazonais das sociedades esquimós, Marcel Mauss (2003) analisou as mudanças na morfologia desses grupos em cada uma das estações que marcam o ano no norte do planeta. As variações ambientais onde vivem são metabolizadas pela coletividade em todas as dimensões da vida social e as mudanças no conjunto das relações sociais geram experiências diferentes do mundo ao redor. Segundo o autor:

"[...]a maneira como são classificados os homens e as coisas traz a marca dessa oposição cardinal entre as duas estações. Cada estação serve para definir todo um gênero de seres e coisas.[...] Pode-se dizer que a noção de inverno e a noção de verão são como dois pólos em torno dos quais gravita o sistema de idéias dos Esquimós". (2003: 480).

Com efeito, o que Mauss se preocupou em demonstrar é que as mudanças climáticas não

⁴ Para uma distinção do conceito de território em relação com o de espaço que viemos mapeando até aqui, utilizo as definições de Rita Segato, (2005): "o espaço pertence a esse domínio do real, e é uma precondição de nossa existência, uma realidade inalcançável que sempre demonstrará exceder as categorias e medidas que lhe lançamos como uma rede no mar, comprovando ser, ao mesmo tempo, rígido e elástico, contido e incontido, narrável e não-narrável, comensurável e furtivo." Já o território "é por assim dizer, espaço representado e apropriado, uma das formas de apreensão discursiva do espaço". Essa distinção será mantida no texto para os fins analíticos aqui propostos.

condicionam as representações do grupo, mas que é apenas "por intermédio da sociedade que o solo [a base material, diríamos] age sobre o homem." (2003: 428). Transformações nas relações sociais produzem uma organização diferente da sociedade e do pensamento no inverno e no verão. Segundo o etnólogo, os fatores naturais do território de um esquimó são processados pelos indivíduos através do conjunto de idéias que compõem o meio social na sua totalidade.

A etnografia Nuer escrita por E.E. Evans-Pritchard, tratou a noção de espaço (associado ao tempo) também como categoria fundamental na vida social desta sociedade africana. O autor propôs uma direção similar de análise ao demonstrar o complexo conceitual que orienta tais noções. Além disso, Evans-Pritchard observou que outras instituições da vida coletiva Nuer emprestam sua lógica de funcionamento às relações ecológicas, produzindo uma diferenciação e classificação do ambiente conforme o sistema de relações que orienta as instituições políticas. As noções de "espaço ecológico" e "espaço estrutural" procuram distinguir dois sistemas que, no entanto, se interpenetram: a ecologia Nuer assenta-se sobre relações entre o homem e o meio específicas que recebem valor a partir da estrutura social do grupo; o espaço estrutural constitui uma orientação às interações que significam as localizações, fronteiras e dimensões dos terrenos (cf. Evans-Pritchard, 1999: 126 et seq.).

Ambas as análises se ocuparam do modo como um determinado contexto ambiental se torna uma experiência coletiva em que representações são construídas de acordo com uma lógica própria a determinada sociedade. Essa lógica estaria baseada em um princípio operatório que orienta a ação dos indivíduos em sua relação com a natureza e os objetos do meio. Nesse sentido, a organização do espaço está intimamente ligada ao funcionamento do social, a diferentes esferas e instituições da coletividade. O espaço se constitui em um meio onde as categorias e representações coletivas diferenciam aspectos e constroem continuidades e descontinuidades.

Philippe Descola (1997: 260), analisando o problema do ponto de vista das sociedades amazônicas, descreveu esse dispositivo estrutural que atua como princípio na experiência espacial. Conforme o autor:

"Supúnhamos, então, que existam estruturas muito gerais que organizam a maneira pela qual as pessoas constroem representações de seu meio ambiente físico e social. Onde se deve começar a procurar para encontrar traços de sua existência e de seu modus operandi? O ponto de partida que me pareceu mais simples é o seguinte: um traço característico de todas as conceitualizações do meio ambiente é que elas se baseiam em um referencial antropocêntrico. Esta propriedade gera modelos nos quais as categorias e as relações sociais servem de gabarito mental

para ordenar o cosmos, ou modelos nos quais as descontinuidades entre não-humanos só se tornam plenamente significativas como significante do social, ou, enfim, modelos como o nosso, em que a natureza é definida negativamente, como segmento ordenado da realidade que se desenvolve independentemente da ação humana".

Uma abordagem contemporânea do espaço procura colocar a problemática da relação entre o homem e o ambiente em outros termos. Em linhas breves, tratarei agora deste enfoque que é fundamentado em diferentes prerrogativas epistemológicas.

O modo como a percepção do mundo natural se constrói é correntemente concebido a partir da distinção de uma dimensão chamada simbólica ou cultura – por onde a experiência mediada pelos órgãos sensitivos é tornada inteligível – de outra conhecida como realidade material – determinada por uma continuidade, estabilidade e relativa desordem. Neste modelo, a natureza organiza-se significativamente a partir de um conjunto de idéias que a representam, mas permanece extrínseca ao sistema representacional. Uma distinção entre a natureza real e o espírito humano que nos põe diante da difícil escolha entre a (des)ordem das coisas e o movimento da sociedade.

Reintegrar estes dois pólos tem sido tarefa dos "novos ventos" na Antropologia (cf. Velho, 2001). A percepção de que outras culturas vivenciam não só modos distintos de relação com o mundo, mas, sobretudo, outros mundos, outras realidades, tem contribuído para aprofundar o entendimento da natureza das coisas sobre as quais o pensamento humano se inclina. Essa parece ser a perspectiva adotada por Tim Ingold sobre os "agentes-no-ambiente". Para Ingold, a tarefa da Antropologia não é analisar entidades ou eventos, mas relações e processos (cf. Tim Ingold, 2000a e 2000b). Nesse sentido, o autor buscou compreender a existência humana em desenvolvimento dentro de um ambiente em constante movimento de realização, envolvendo tanto processos sociais quanto biológicos. O que Ingold chamou de "modo lateral de integração" dos indivíduos no espaço tinha como prerrogativa uma realidade que é relacional e, dessa maneira, o mundo e o conhecimento dele são feitos enquanto nos movemos.

Ambiente e indivíduos em simultâneo processo de construção é o que o antropólogo denominou uma "ecologia da vida" (Ingold, 2000a: 18). Esta noção permite interpretar a relação do homem com o mundo considerando a permanente construção da percepção dos indivíduos no espaço a partir dos inúmeros deslocamentos ao longo da existência. Assim, o desenvolvimento no tempo de um "desempenho habilidoso" permite reintegrar as representações na práxis "através da imersão do ator-receptor num dado contexto ambiental" (2000b: p. 220). Uma maneira de compreensão da experiência no espaço de modo a não dissociar

a mente do corpo. Enfim, para Ingold, uma ecologia da vida permite não divorciar o conceito de cultura da experiência situada no ambiente e todo conhecimento gerado num campo de práticas.

O tratamento dado à prática reintegra as sensações, apreciações e avaliações do espaço na percepção do agente. Não sem razão, a abordagem de Michel de Certeau (1994) insiste sobre as "artes de fazer" do cotidiano, práticas que restabelecem nos espaços a ação dos indivíduos como constitutivas dos ambientes. "Um saber não sabido" (1994: 143), sobre os quais não se reflete; saber anônimo e referencial que funciona como *táticas*, operações em registros diferentes da ordem estabelecida. Por oposição a estas táticas temos as estratégias, que generalizam a racionalidade no espaço, tracejando limites, colocando ordem nas direções, distâncias, congelando o movimento, organizando passagens. À arquitetura planejada, as práticas do espaço se opõem permanecendo outras dentro do sistema dominante.

Outros ventos que vêm contribuir para ampliação de um "paradigma ecológico" (cf. Velho, 2001) é a perspectiva adotada por Gilles Deleuze e Félix Guattari (1997) cuja luz se lança sobre variações nas configurações espaciais, decorrentes de maneiras distintas de agenciar o espaço, configurações articuladas com as atividades que nela se inserem. Para isso, Deleuze e Guattari partiram do jogo de relações múltiplas de um par conceitual – par não simétrico construído para interpretar as diferenças complexas e contínuas entre dois espaços e suas relações: o espaço liso, que seria a percepção do espaço como matriz de movimento, espaço, portanto, ocupado por acontecimentos, constituído de afectos; e o espaço estriado, organizador de matérias, ordenador de medidas e propriedades. Espaço intensivo em oposição ao extensivo. Deleuze e Guattari analisaram as diferenças entre estas lógicas distintas que se confrontam em sobreposições, levando em conta as "misturas concretas e dissimétricas" que ocorrem entre elas (Deleuze & Guattari, 1997:185-7). O espaço liso, não é homogêneo, "ao contrário, é um espaço amorfo, informal", é "a variação contínua" (Deleuze e Guattari, 1997:182). O espaço estriado, no entanto, procede por tracejamento de linhas perpendiculares e por um centro de atração. Segundo representações geométricas, os autores afirmaram:

"O liso e o estriado se distinguem em primeiro lugar pela relação inversa do ponto e da linha (a linha entre dois pontos no caso do estriado, o ponto entre duas linhas no caso do liso). Em segundo lugar, pela natureza da linha (liso-direcional, intervalos abertos; estriado-dimENSIONAL, intervalos fechados). Há, enfim, uma terceira diferença que concerne à superfície ou ao espaço. No espaço estriado, fecha-se uma superfície, a ser "repartida" segundo intervalos determinados, conforme cortes assinalados; no liso, "distribui-se" num espaço

aberto, conforme frequências e ao longo dos percursos (logos e nomos). (1997: 189)

A estriagem decorre de um centro dispersor que regula durações e intervalos. Já o espaço liso, pode ser entendido a partir de alguns de seus elementos – as orientações, referências e junções – descritos pelos autores como caracteres que não impõe constantes, não possuem modelo visual único e são constituídos segundo diferenças ordenadas, fazendo variar a divisão de uma mesma distância. (cf. Deleuze e Guattari, 1997: 204).

O que a oposição entre 'liso' e 'estriado' procura dar conta é do modo como o espaço pode ser experimentado por diferentes modelos de espacialização. Em alguns momentos, os espaços são capturados e sobre eles ocorrem estriamentos que mudam suas características, em outros, é a própria prática dos indivíduos que alisam os espaços. São operações que 'conhecem' o espaço de determinada maneira, ou que se relacionam com ele de formas diferentes, ou ainda, produzem sobre ele elementos lisos e estriados.

As três contribuições acima apontam para formas de saber que representam modos de estar no mundo. Ao modo como o Estado e a empresa energética operam sobre o espaço opõe-se o modo e as operações espaciais dos ribeirinhos. À espacialização 'estatal' que se erige de modo dominante, molar, outras habilidades se impõem e põe em circulação diferentes intensidades. Entre elas ocorrem trocas e misturas, perdas e reconquistas, interpenetrações e transformações.

Nas seções seguintes, irei projetar sobre a região atingida pela UHE Irapé os dispositivos analíticos reunidos anteriormente, buscando visualizar os agenciamentos que ocorrem em diferentes níveis da vida social.

Entre dois tempos: elementos de organização do espaço

Em 2002 iniciaram-se as obras da Usina Hidrelétrica de Irapé, na região do Vale do Jequitinhonha. O empreendimento teve como mote o desenvolvimento e modernização de uma região com altos índices de pobreza. Durante as obras foram deslocadas das zonas a serem atingidas pelo lago da represa 1.100 famílias⁵ que receberam indenizações, terras e casas em outras áreas dos municípios. Entre elas, duas comunidades que se situavam nas margens do rio foram realocadas em agrovilas⁶, deslocando-se a população para povoados construídos com equipamentos coletivos e buscando semelhança à configuração anterior.

As comunidades de Novo Porto Corís (ver figuras 1 e 2) e Nova Peixe Cru (figura 3) receberam um traçado regular, casas padronizadas, loteamentos das roças ordenados e com tamanho conforme o direito de cada um. Em Nova Peixe Cru, a organização espacial foi estritamente homogênea

⁵ Dados retirados do site: www.irapé.com.br, site oficial da CEMIG. Os municípios atingidos diretamente pela represa são: Turmalina (onde localiza-se a comunidade Peixe Cru), Leme do Prado (comunidade Porto Corís), José Gonçalves de Minas, Berilo, Cristália, Grão-Mogol e Botumirim. A Usina Hidrelétrica Presidente Juscelino Kubitschek (conhecida como Usina de Irapé), com uma barragem de 208 metros de altura, tem a capacidade de produção de 360 MW e avança sobre os rios Jequitinhonha e Itacambirucu. Sua meta é abastecer 1.000.000 de pessoas. O deslocamento compulsório dos indivíduos atingidos pelo lago teve como diretrizes o Termo de Acordo assinado pelo Ministério Público, a CEMIG, a FEAM, a Fundação Palmares, a Associação Quilombola Boa sorte e a Comissão de Atingidos pela Barragem de Irapé.

⁶ Termo de uso técnico que designa os aglomerados habitacionais com casas homogêneas, planejadas segundo critérios geométricos e que procuram funcionar como uma vila central separada das terras de cultivo dos habitantes. A noção de agrovila visa organizar seus habitantes em torno da atividade agrícola. Nesse sentido, vale pensar a assertiva de Deleuze e Guattari ao ressaltarem que "é a cidade que inventa a agricultura" (1997:189), e lembrar que é o par assimétrico urbano-rural que orienta os assentamentos.

para cada residência e o plano da vila foi geométrizado. Já Porto Corís, por escolha dos moradores⁷, teve as casas dispersas ao longo dos loteamentos, configurando uma agrovila composta de sítios, onde algumas das casas se situam dentro dos seus terrenos de cultivo. Apesar disso, tiveram o plano da agrovila segmentado por eixos regulares e todas construções também seguiram os mesmos padrões arquitetônicos.

Vejamos como alguns dos 'descompassos' ocasionados pelas diferenças na concepção dos

espaços de existência das famílias nas agrovilas vêm despontando como uma *realidade movediça*, de difícil sustentação ao longo do tempo. Os dados a seguir baseiam-se em uma inserção de campo realizada em janeiro de 2006, quando a mudança para a nova morada era fato ainda recente e marcante nas atividades e comportamentos dos indivíduos, atravessando profundamente o discurso, misto de lembranças saudosas e expectativas futuras. As relações ecológicas das populações ribeirinhas da região do Vale do Jequitinhonha

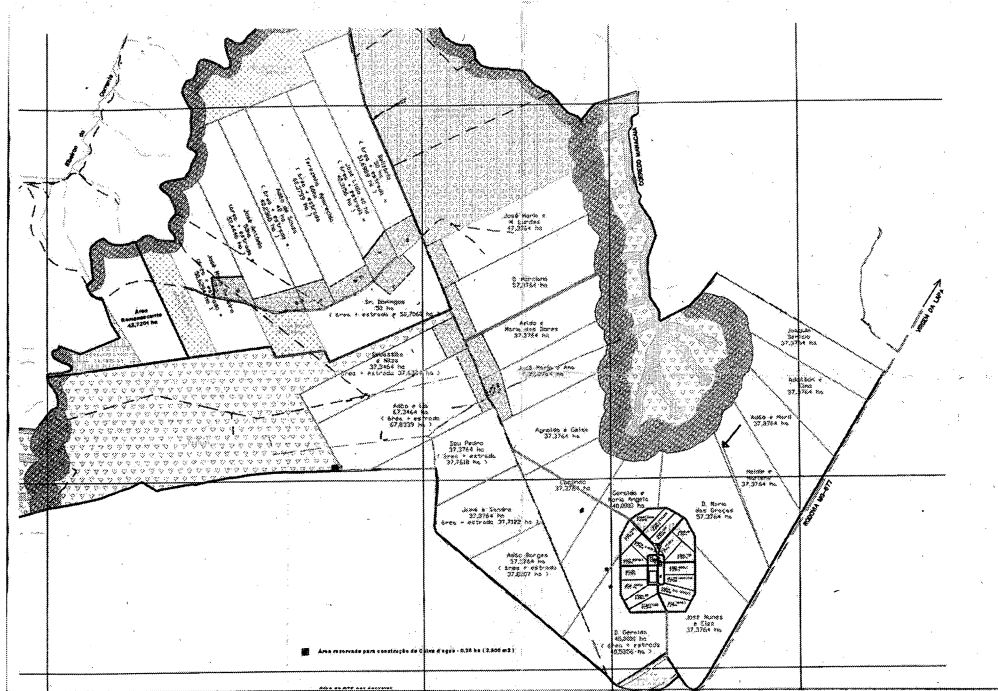


Figura 1. Mapa da comunidade Novo Porto Corís (fonte: CEMIG)

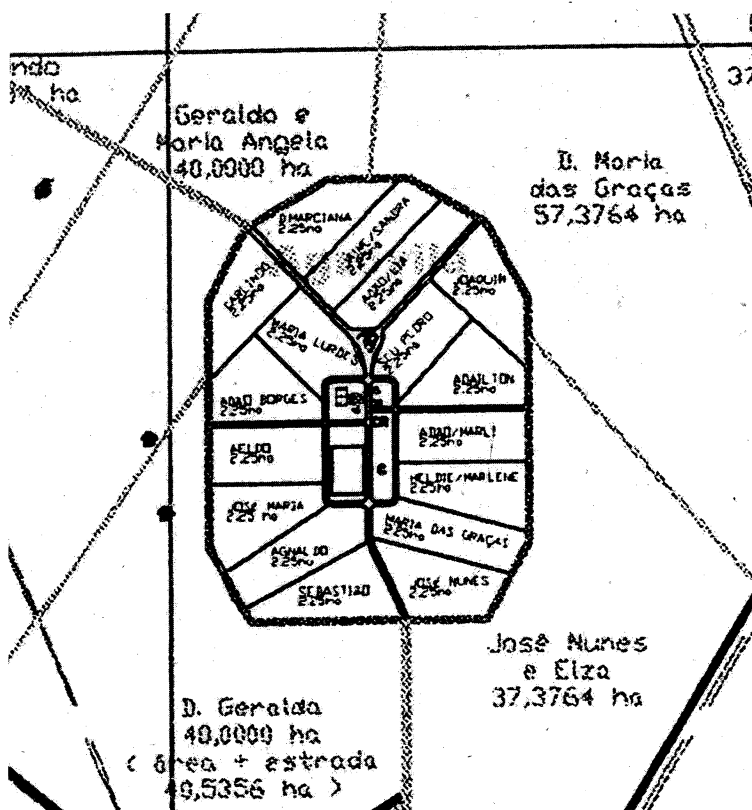


Figura 2: Detalhe da agrovila

⁷ O que não quer dizer que os moradores de Peixe Cru escolheram o traçado do novo povoado. Cabe notar que em um leque de opções de escolhas oferecido pela CEMIG a comunidade de Porto Corís teve uma amplitude maior por se tratar de um caso especial entre as demais: Porto Corís fora reconhecida pela Fundação Palmares como comunidade remanescente de quilombo e, de acordo com a legislação, teria direitos garantidos de propriedade da terra. No entanto, esse fato não foi o suficiente para embargar a obra, mas teve como tributo uma atenção redobrada da empresa empreendedora.

estão fortemente imbricadas na organização social destas sociedades. Flávia Maria Galizoni (2000) analisou a importância da terra como elemento orientador das relações sociais e os variados sistemas de apropriação das terras no Vale. Segundo a autora, a lavoura, a lida no campo, é a principal atividade exercida. A sua importância econômica é ultrapassada e a ela se reúnem dimensões simbólicas e afetivas organizadoras do espaço coletivo. Os usos possíveis, a natureza do solo, os diversos elementos do relevo e vegetação, fornecem substância para a composição de categorias pelas quais os indivíduos distinguem a terra e permitem, assim, um controle dos seus aspectos. Conforme Galizoni, "A terra é um sujeito que necessita integralmente de um predicado." (2000: 19).

O acesso a terra também é regulado pela coletividade. Os dons dispostos pela natureza, "as dádivas que existem sem intervenção humana direta" (Galizoni 2000: p.34), não podem ser concentrados por um único indivíduo. Direitos e deveres são prescritos pelo grupo para garantir o acesso coletivo e as condições necessárias para a vida em comum. Além disso, códigos de uso ambiental se sobrepõem aos direitos de posse. As relações parentais orientam as transferências da terra e regulam um sistema de trocas dentro dos grupos. Desta maneira, a disponibilidade dos recursos naturais e de uma fração de terra garantem a reprodução social.

Segundo Galizoni, cada terreno se relaciona ao conjunto de terras que formam o território de uma comunidade. A terra é não só um espaço para a produção de alimentos e bens, mas constituiu-se nessa superfície pela qual se deslocam fluxos de relações humanas, é um plano onde ocorre a construção da identidade dos grupos e a produção de diferença dentro do sistema social.

Neste contexto de vínculo a um território específico é que se produziu a transferência das margens do rio, e é através dele que podemos compreender a clivagem entre um antes e depois. A recondução das interações sociais da maneira como eram desenvolvidas – implicando o relacionamento com elementos de um meio específico – se encontra comprometida pelas diferenças entre organizações espaciais

"Constrói-se um acampamento, procurando-se construir uma cidade".

Com este enunciado de um de seus arquitetos, as empresas empreendedoras guiam a tarefa modernizadora que penetra o universo dos ribeirinhos no interior do país. Em um estudo sobre os reassentamentos de famílias deslocadas pela construção de uma hidrelétrica no Pontal do Paranapanema, Rebouças (2000) analisou as discrepâncias entre as concepções espaciais contidas nesses projetos e aquelas que orientam os indivíduos na beira do rio. A análise de Rebouças procurou demonstrar o caráter 'civilizatório' que

fundamenta o planejamento das agrovilas, empreendimentos que visam a "ascensão econômica" dos ribeirinhos. Nesse sentido, a avaliação das comunidades feita pelas empresas construtoras segue critérios tais como renda e potencialidade agrícola, traduzindo em números a realidade da beira do rio. São estes números que vão orientar as obras dos reassentamentos. Os descompasso se iniciam nesse cruzamento de pontos de vista. Alguns dos depoimentos dos atingidos em Irapé são explícitos quanto aos desencontros entre valores econômicos e valores afetivos:

"Meu quintal era pra valer 30 mil reais. Tá perdendo as coisas lá. Pode levar qualquer peão da CEMIG, pode falar assim: olha aqui meu quintal. Tudo cheio de verdura, sabe quanto que deu? 5.000 reais; 5.200 contos pela plantação. Ai eu cheguei lá ele falou: se você tá achando que é pouco arruma um advogado. Eu falei não, eu não preciso de advogado não, ocê tá sabendo das coisas que eu tenho lá, 5.000 não paga nem os pés daquelas coisas que eu tenho lá. E a minha nascente que eu tenho lá?"(Sr. Francisco, Nova Peixe Cru).

"Toninho: O terreno da nossa casa era bem maior, dava uns três desse aqui. Oh, não vou falar que tem não tinha, não é?! Pé de manga tinha uns 3 ou 4.

D. Luíza: Na nossa casa tinha 6 pés de manga!

Toninho: Só de qualidade!

Paulo: Só o quintal que nós temos lá, o dinheiro que a CEMIG pagou não paga nem os pés de manga que tem lá. Ele deu foi 5 mil, 5 mil e 300.

D. Luíza: Abóbora, chegava lá pra ver o que era abóbora. A gente tava é pisando em cima delas, aquela bitelas...

Paulo: agora eu falo com ocê, ocê planta um pé de trem aí, custa a dar um pé de laranja, ocê planta, ele tá amarelado.

Toninho: Olha abóbora aí...

D. Luíza: O milho, nós plantamos aqui no quintal, deu umas lagartas desse tamanho. O milho amarelinho, que ninguém tem gosto de comer ele aqui, uma espiga dessa. Todo mundo que plantou milho aqui perdeu". (Mãe e filhos, Nova Peixe Cru)

A partir daí, os operadores conceituais que organizam o espaço dos ribeirinhos nas margens do rio são sobrepostos pelo *modus operandi* que orienta as instituições modernizadoras na construção das agrovilas. Sobrecodificação espacial e inscrição de novas qualidades no ambiente.

Com efeito, a má qualidade da terra recebida representa um dos maiores motivos de embate. Os ribeirinhos do Vale do Jequitinhonha organizam o ambiente a partir do que Galizoni chamou de "complexo chapada-grota" (2000:16). Esse complexo polariza as terras boas de cultivo – as grotas na beirada dos rios – das terras que ser-

vem apenas para o extrativismo – as chapadas que ocupam o alto dos morros – formando um contínuo variegado que compõe a diversidade das relações ecológicas. No entanto, ambas as comunidades foram transferidas para regiões de chapada, onde a terra é de baixa qualidade e a água, recurso básico, é de difícil obtenção. Outra sobreposição de valores decorreu do produto das trocas entre a empresa e os ribeirinhos, ou seja, as grandes extensões de terra recebidas como indenização. O problema é que plantar exige investimentos muito maiores que os disponíveis, e o costume tradicional de plantio em terras na beira do rio é incompatível com o trabalho agrícola exigido nas chapadas⁸. Um dos moradores atingidos lembrou o drama generalizado vivido pelos reassentados:

“O povo que sai daqui e pega terreno nessas chapadas... ninguém fica nessas chapadas! Duvido! É igual sapo, gosta do brejo, vai pro brejo.

Não fica fora dessas [grotas] (...) aqui não. Qualquer tiquinho de terra aqui, vale por muita coisa. Terra não importa, quantidade não importa, o que importa é a vida das pessoas, é a convivência da pessoa com a terra, com tudo, não é. A pessoa convive com a terra, vai lá pra ver se tá dando bem. Ninguém que pega qualquer coisa por aí, duvido se tá dando bem” (Vicentão, Nova Porto Coris).

A distribuição geográfica do espaço existencial também foi transformada e espaços de continuidades vitais acabaram sendo entrecortados – como no caso da descontinuidade entre o espaço de produção e o espaço da casa. Assim, o desempenho de algumas práticas cotidianas ficou impossibilitado na moderna organização espacial, consequência da nova estrutura de direitos e deveres que foram criados para as agrovilas. Às galinhas e demais animais foi imposto a criação apenas nos terrenos destinados à lavoura, que ficam isolados das residências, implicando uma ruptura entre atividades que se organizam em áreas anteriormente interligadas ao domínio mais amplo da casa⁹. Essa sobreecodificação dos espaços de produção e existência dos ribeirinhos encontra-se no “(...) cruzamento entre um problema físico e um assunto de Estado.” (Deleuze e Guattari, 1997: 198). Dela deriva o ‘esquadriçamento’ cadastral das famílias e outros regimes correspondentes ao da propriedade privada: o regime salarial, o monetário, o de produção e o de bens consumíveis. (cf. Deleuze e Guattari, 1996: 89). As famílias encontraram-se diante de um ambiente que mobiliza um novo modo de vida.

“Eu ganhei 10 hectares de terra, né. Mas dinheiro mesmo eu não ganhei não. 10 hectares eu tenho que sofrer bastante pra ter dinheiro. Plantar eucalipto... eu não tenho dinheiro pra formar nada aqui. Se

for pra plantar eucalipto eu não tenho dinheiro, pra eu formar ele, mais de 5 mil, mais as mudas. Você vai comprar aí uns 10 hectares pro cê tombar ela, eu não tenho dinheiro pra comprar o eucalipto pra eu plantar ela. Não tem condição de eu ter adubo pra adubar, vou ter que vender ela e trabalhar mais os outros.”

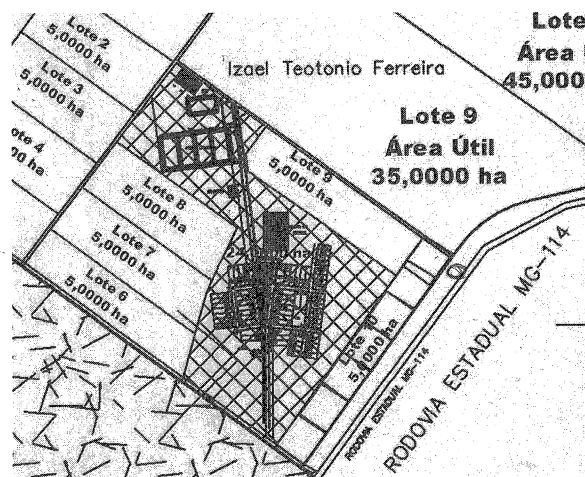


Figura 3 : Mapa da comunidade Nova Peixe Cru (fonte: CEMIG)

Dentro dessas condições, a experiência sensível e o “desempenho habilidoso” (cf. Ingold, 2000b) adquirido no antigo lugar não declinam frente à textura do concreto, ao clima seco da chapada, à ausência das águas do rio. A tarefa de dar significação ao novo ambiente mobiliza então, novas habilidades e demanda uma transformação dos espaços, assim como das classificações e significações referentes ao ambiente anterior. Nesse quadro de instável certeza que o deslocamento compulsório provoca, negando-lhes a existência do território passado – agora submerso – é preciso fazer o novo espaço e, assim, a matéria uniforme dos reassentamentos ganha modulações.

Certeau (1995) postula que é a partir das práticas do espaço que há espacialização. Não localização, que concerne à produção de fixações, mas a conjunção dos lugares numa matriz de movimento, em que cada lugar existe em relação ao outro. Os agentes tecem lugares através de “astúcias”, uma verdadeira “estética dos golpes”, recusando a ordem estabelecida e empregando sobre o ambiente sua marca. Em suma, uma impressão peculiar que permite modalidades de ação próprias.

Durante o trabalho de campo, pude acompanhar a ‘desfeitura’ do espaço destinado à piscina do povoado de Nova Peixe Cru (construída como paliativo pela perda do rio). No intuito de refazer a entrada para a área de recreação da comunidade, por falta de uma passagem apropriada, os homens da comunidade se mobilizaram para produzir no muro uma abertura conveniente. Em duas horas uma porta havia sido criada dando acesso à quadra de futebol, conectando o espaço à praça pública. Dado que era o local de uma atividade coletiva diária – o futebol – a quadra foi interligada

8 Há no romance *Grande Sertão: Veredas* uma boa descrição do ecossistema da chapada, do ponto de vista do sertanejo. Nas palavras de Riobaldo: “O chapadão é sozinho – a largueza. O sol. O céu de não se querer ver. O verde carteadado do grameal. As duras areias. As arvoredinhas ruim-inhas de minhas. A diversos que passavam abandonados de araras – araral – conversantes. Aviavam vir os periquitos, com o cantoclim. Ali chovia? Chove – e não encharca poça, não rola enxurrada, não produz lama: a chuva inteira se sovete em minuto terra a fundo, feito um azeitezinho entrador. O chão endurecia, cedo, esse rareamento de águas. O fevereiro feito. Chapadão, chapadão, chapadão. De dia, é um horror de quente, mas pra noitinha refresca, e de madrugada se escorropicha de frio, o senhor isto sabe.” (Rosa, 2001: 329-30).

9 Essa articulação oferecia uma mobilidade e autonomia produtiva, permitindo que certas atividades se concentrassem no domínio da casa, muitas vezes associado às atividades femininas, e outras na roça, atribuídas aos homens. A complementaridade desses espaços também diz respeito à divisão sexual do trabalho. O trabalho doméstico se liga à unidade residencial e de consumo familiar; a roça é o espaço da produção, base da atividade econômica. É ele que possibilita o consumo familiar e predomina sobre a casa. Segundo Beatriz Heredia (apud Rebouças, 2000:130): “Se o roçado é uma área de ação masculina, cada aspecto ligado à casa é de domínio da mulher, e é a expressão dessa oposição. Isso se reflete em termos espaciais, bem como nas atividades que nela têm lugar e finalmente também na relação dos animais que se possui.”

a área comum da agrovila.

Este episódio permite ilustrar acontecimentos que criam condições para o deslocamento dos corpos em velocidades, intensidades, durações e direções que lhes convêm. Os moradores revelam, assim, seus julgamentos e intervenções práticas sobre o espaço que habitam. A 'feitura' das agrovilas implica a produção de estriamentos e alisamentos pelos sujeitos envolvidos, refazendo relações espaciais ao mesmo tempo em que reconfiguram o significado das interações sociais.

Neste sentido, é preciso lembrar que os relatos, principalmente aqueles que abundam sobre a antiga morada, também projetam sobre a paisagem estática do lago da represa seu movimento perdido, inserindo através de narrativas os percursos, trajetórias, fronteiras e toda uma rede de relações existentes entre as diferentes comunidades¹⁰. Além disso, nestes relatos o elemento do rio – todavia o protagonista – teve sempre seu papel destacado como provedor de sentimentos e emoções intensos. O garimpo no rio era uma das principais atividades e compunha com uma miríade de outras ações, a multiplicidade que atravessa as relações com o rio como espaço do cruzamento entre existências e intensidades. O rio era assim um espaço liso por excelência.

Atualmente, é a rodovia que atravessa as agrovilas que encerra algumas das características do rio, guardadas as proporções físicas e afetivas. As semelhanças podem ser buscadas na locomoção que a estrada propicia e no conjunto de signos que ela mobiliza. A rede viária representa o desenvolvimento, o chamado 'acesso', a conexão com os grandes centros e com as facilidades das cidades. É por ela que chegam os elementos externos:

"Uai, diz eles que escolheram aqui, porque já tava aqui mais perto de Turmalina, perto do posto Dantas, perto de Acauã, e fica beirando a estrada aí, o estradão." (Toninho, Novo Peixe Cru)

A estrada e o rio dão forma ao movimento e são um indicador do tempo, eternamente gerados pelas idas e vindas de substâncias variadas, compondo a paisagem e a jornada dos indivíduos ao longo da vida.

Olhar de profundidade: a relação com o espaço como relação social

Ao longo deste artigo uma noção de espaço foi sendo desenvolvida na tentativa de compreender alguns fenômenos da vida social, levando em conta, sobretudo, a construção coletiva do ambiente, este entendido através das práticas e histórias que o envolve. O que proponho aqui, baseado nas perspectivas teóricas adotadas, é de que não existe um espaço anterior a um ato significativo em relação a ele, um agenciamento qualquer que inaugure nele associações com diferentes domínios. É necessário, portanto, que lan-

çamos um olhar sobre o espaço que não seja de superfície, mas de profundidade. Desta maneira, poderemos pensar em modos de espacialização diferentes, estabelecidos por sistemas culturais e sociais distintos, implicando em processos de objetivação e subjetivação específicos.

Na introdução deste artigo, afirmo que o contexto histórico vivido pelas populações atingidas na construção da UHE Itaipu permitiria analisar um confronto entre dois modos distintos de conceber o espaço. Acredito ter demonstrado que o Estado e as populações ribeirinhas, na própria 'concretude' dos fatos, operam a partir de lógicas distintas na relação com o ambiente. Deste modo, os dispositivos teóricos aqui apresentados permitiram compreender alguns procedimentos destas lógicas que são expressos nas relações sociais e nas coisas que compõem o mundo de ambos. Enfim, aponte diversas diferenças na socialidade dos indivíduos que perpassam a interação com o ambiente, a percepção que se faz dele e os elementos dos quais ele é composto.

Considero que a natureza movediça dos reassentamentos está relacionada com um desentendimento em relação ao fato de que diferentes perspectivas culturais dão aos elementos do ambiente capacidades de agência diferenciadas, residindo nesta classificação a importância de cada elemento.

Além disso, é necessário levar em conta que o espaço é uma dimensão relacional. Como lembra Tim Ingold, "assim como não pode existir um organismo sem ambiente, também não pode existir ambiente sem um organismo." (2000a: 20). O meio em que os homens vivem é o mundo tal qual existe, e toma significado para os agentes, aquele se desenvolvendo em simultaneidade com o desenvolvimento destes. Assim, disposições adquiridas no ambiente do rio são desestruturadas em um ambiente desenvolvido com critérios estranhos à prática e o sistema de idéias dos ribeirinhos.

A importância destas disposições remete ao conjunto de atividades realizadas pelas populações do Vale do Jequitinhonha. Como ressaltou o geógrafo Milton Santos quando afirmou que "o espaço é formado por um conjunto indissociável, solidário e também contraditório, de sistemas de objetos e sistemas de ações, não considerados isoladamente, mas como o quadro único no qual a história se dá" (2002:63). Estes sistemas produzem sobre o lugar as impressões criadas pela realidade social. Depreende-se daí que as mudanças nas ações humanas ao longo do tempo alteram também o "sistema técnico" e transformam o espaço sobre o qual uma sociedade vive. Os ribeirinhos desenvolveram sobre o território deles um conjunto técnico – baseado numa relação com a terra e mobilizando elementos de implicação nas relações sociais – que permitiu também uma organização social própria. Por outro lado, a mudança espacial acarretou transformações no sistema de ação dos indivíduos, mas também um sistema de objetos renovado em um meio que não possui as mesmas características do ambiente

¹⁰ "Mas 'toda descrição é mais que uma fixação', é 'uma ato culturalmente criador.'" (Certeau, 1994: p.209).

anterior. Neste sentido, as relações ecológicas em um sistema de objetos diferenciado, exigem novas disposições e desempenhos que até o momento representaram um conjunto de desafios para a coletividade.

Este movimento ocorre em três fases implicadas entre si, e não afluem de forma linear no tempo: as idéias e práticas desenvolvidas na beira do rio são cotejadas com o novo contexto ambiental; ao mesmo tempo em que novas relações sociais são experienciadas no espaço do reassentamento; o sistema conceitual, as categorias e referências espaciais, as representações ecológicas construídas no ambiente do rio sofrem uma inflexão; por fim, a adaptação se configura aos poucos, não sem gerar, em meio ao 'descompasso espacial', uma reformulação do ambiente, da coletividade e da relação homem e meio entre os ribeirinhos.

A terra, como descrita por Galizoni (2000) – uma instância que é vivenciada através de relações diversas que definem seu uso, apropriação e representação – no momento em que ela própria é significada a partir de uma nova relação social – a presença da barragem –, passa a mobilizar novas analogias e associações. Propus neste artigo compreender a terra como uma relação social, como um espaço que declina a partir das variações no campo das relações. Viveiros de Castro (2002:08, ênfase no original) buscando responder a pergunta do que seriam as relações sociais – e, em última instância, o objeto da antropologia – afirma que: “[...] o que varia crucialmente não é o

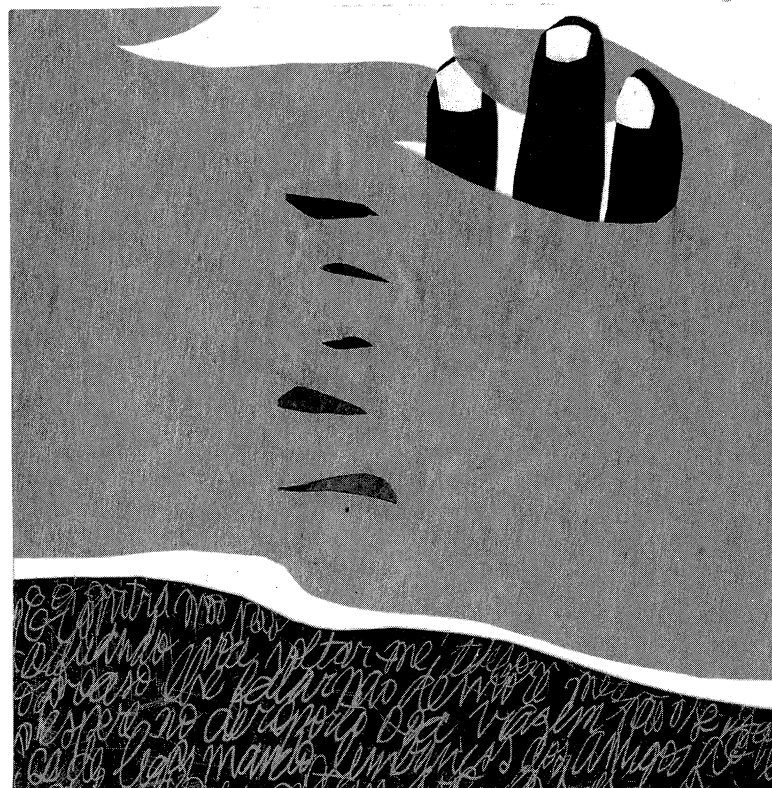
conteúdo das relações, mas sua idéia mesma: o que conta como relação nesta ou naquela cultura. *Não são as relações que variam, são as variações que relacionam.*”. A relação com a terra é então parte da “configuração relacional” do *socius* e variando as relações, as associações, as analogias no plano do pensamento dos indivíduos reassentados, a terra também passa a mobilizar outros significados. E assim cabe perguntar: o que passa a ser uma relação social, naturalmente) entre os ribeirinhos e o espaço?

A resposta a esta pergunta só pode ser respondida se os processos de transformação forem acompanhados numa longa duração. Este artigo descreveu apenas seu momento inicial. Entretanto, podemos perceber que os membros das comunidades já viviam uma nova historicidade. O deslocamento espacial provocou uma mudança na percepção do tempo e a introdução da experiência do desenvolvimento que orienta a sociedade mais ampla.

O descompasso gerado pela ausência de alguns elementos do meio e presença de outros apontou caminhos para uma análise da rede de relações sociais que compõem o universo ecológico e cultural dessas populações. Além disso, muitos outros fatores estão envolvidos nas dificuldades destas populações. Contudo, o que o material etnográfico associado à análise demonstrou foi um entendimento do mundo compartilhado e que é vivenciado pelos sujeitos como o descompasso observado, de uma forma ou de outra, por todo o grupo.

Submissão: Abril / 2008

Aprovação: Junho / 2008



Referências Bibliográficas

- AUGÉ, Marc. 1994. Não-Lugares: Introdução a uma antropologia da supermodernidade. Campinas, SP: Papirus. 2ª Edição.
- CADORET, Anne. 1992. Espace. In: Dictionnaire de l'ethnologie et de l'anthropologie. 2. ed. rev. Paris [França]: Presses Universitaires de France.
- CERTEAU, Michel de. 1994. A invenção do cotidiano: 1: artes de fazer. Petrópolis, RJ: Vozes.
- DELEUZE, Gilles e GUATARRI, Félix. 1996. Micropolítica e Segmentaridade. In: Mil Platôs: Capitalismo e Esquizofrenia, vol. 3. São Paulo: Ed.34.
- _____. O Liso e o Estriado. 1997. In: Mil Platôs: Capitalismo e Esquizofrenia, vol.5. São Paulo: Ed. 34.
- DESCOLA, Philippe. 1997. Ecologia e cosmologia. In: Faces do Trópico Úmido: Conceitos e Novas Questões sobre Desenvolvimento e Meio Ambiente. E. Castro & F. Pinto, (orgs). Belém: Cejup. p. 243-261
- DURKHEIM, Émile. 1996. As formas elementares da vida religiosa. São Paulo: Martins Fontes.
- EVANS-PRITCHARD, E.E. 1999. Os Nuer – Uma descrição do modo de subsistência e das instituições políticas de um povo nilota. São Paulo: Ed. Perspectiva. 2ª edição
- GALIZONI, Flávia. 2000. A terra construída – Família, Trabalho, Ambiente e Migrações no Alto Jequitinhonha, Minas Gerais. Dissertação de mestrado defendida na FFLCH/USP, São Paulo. (mimeo).
- GEERTZ, Clifford. 1989. O impacto do conceito de cultura sobre o conceito de homem. In: A Interpretação das Culturas. Rio de Janeiro: LTC. p. 25-39.
- INGOLD, Tim. 2000a. Culture, nature and environment: steps to an ecology of life. In.: The perception of the environment. Essays in livelihood, dwelling and skill. London and New York: Routledge. p.13-26
- _____. 2000b. To journey along a way of life : maps, wayfinding and navigation. In.: The perception of the environment. Essays in livelihood, dwelling and skill. London and New York: Routledge. p. 219-242
- MAUSS, Marcel. 2003. Ensaio sobre as variações sazonais das sociedades esquimós. In.: Sociologia e Antropologia. São Paulo: Cosac & Naify. p. 423-505.
- REBOUÇAS, Lídia Marcelino. 2000. O planejado e o vivido – O reassentamento de famílias ribeirinhas no Pontal do Paranapanema. São Paulo: Anablume: Fapesp
- ROSA, João Guimarães. 2001. Grande sertão: veredas. 19 ed. – Rio de Janeiro: Nova Fronteira.
- SANTOS, Milton. 2002. A Natureza do Espaço: Técnica, Tempo, Razão e Emoção. São Paulo: EDUSP
- SEGATO, Rita Laura. 2005. Em busca de um léxico para teorizar a experiência territorial contemporânea. Série Antropologia 373. Brasília: UNB . Disponível em: <<http://www.unb.br/ics/dah/Serie373empdf.pdf>> Acesso em 03 de out. 2007
- VELHO, Otávio. 2001 De Bateson a Ingold: passos na constituição de um paradigma ecológico. Mana , Rio de Janeiro, v. 7, n. 2, 2001 . Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-93132001000200005&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 23 Nov 2007. p. 1-8
- VIVEIROS DE CASTRO, Eduardo. 2002. O nativo relativo. Mana , Rio de Janeiro, v. 8, n.1. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-93132002000100005&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 13 Ago 2007. p. 1 – 36